

**Mídia, memória e apagamento:
as representações midiáticas do ativista Raimundo dos Santos Rodrigues**

*Media, memory and erasure:
the media representations of the activist Raimundo dos Santos Rodrigues*

Lucas ALVES¹

Resumo

Este artigo analisa a cobertura midiática das lutas socioambientais no Brasil, problematizando seu papel ativo nos processos de construção de memórias coletivas ligadas ao meio ambiente. Para tanto, o trabalho parte das representações de Raimundo dos Santos Rodrigues, ambientalista e defensor dos direitos humanos, assassinado no Maranhão em agosto de 2015. Nossa proposta, ancorada em referenciais como Tavares (2024), Gramsci (2004) e Heller (2004), debate o papel da mídia no apagamento dos conflitos nas áreas rurais brasileiras e valoriza a comunicação como espaço de disputa simbólica e prática política, em que lembrar e esquecer configuram atos de poder.

Palavras-chave: Mídia. Memória. Raimundo dos Santos Rodrigues. Meio ambiente. Assassinato no campo.

Abstract

This article analyzes media coverage of socio-environmental struggles in Brazil, problematizing its active role in the processes of constructing collective memories related to the environment. To this end, the study is based on representations of Raimundo dos Santos Rodrigues, an environmentalist and human rights defender who was murdered in Maranhão in August 2015. Our proposal, grounded in theoretical frameworks such as Tavares (2024), Gramsci (2004) and Heller (2004), discusses the role of the media in the erasure of conflicts in Brazil's rural areas and highlights communication as a space of symbolic dispute and political practice, in which remembering and forgetting constitute acts of power.

Keywords: Media. Memory. Raimundo dos Santos Rodrigues. Environment. Murder in the countryside.

Introdução

Este artigo tem como proposta analisar e discutir a representação midiática das lutas ambientais no Brasil atual. Para tanto, buscou levantar como a chamada grande

¹ Mestrando do PPG Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: lacorrea@id.uff.br

mídia tem apresentado esses conflitos, em situações específicas como o assassinato das lideranças envolvidas nessas disputas, mais exatamente, como foram as repercussões na mídia, do assassinato de Raimundo dos Santos Rodrigues. Esse ambientalista maranhense era conhecido por suas denúncias ligadas à exploração ilegal de madeiras, realizada por latifundiários. Sua vida foi interrompida em 2015, após uma emboscada contra ele e sua esposa, que, embora também tenha sido alvejada, sobreviveu. O crime ocorreu três anos após Raimundo assumir o cargo de conselheiro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2012.

Entendemos o movimento ambientalista como primordial para a defesa da vida, tanto na floresta quanto em todo o planeta. Apesar de frequentes atentados como o descrito acima, e das políticas empreendidas pelos governos Temer e Bolsonaro que buscaram enfraquecer essas lutas, (como também faz, não poucas vezes, a bancada ruralista no Congresso Nacional²), o ativismo, que envolve muitas faces da disputa pela terra, ainda sobrevive. Vale destacar que o contexto da crise ambiental hoje, torna ainda mais dramáticas as tensões e disputas por narrativas e imaginários sobre como reverter essa situação. Por exemplo, mesmo em queda³, o desmatamento da Amazônia ainda é preocupante e gera impactos que vão desde a perda de produtividade agrícola a mudanças no ciclo hidrológico, além da perda de biodiversidade e ampliação das emissões de gases de efeito estufa (Prates, 2008).

Diante dessa realidade, e por estarmos numa sociedade altamente midiaticizada (Hjarvard, 2014), esse artigo tem como um de seus objetivos mostrar o quanto a comunicação tem um papel relevante no sentido de sensibilizar a população brasileira a se engajar na luta, exigindo e cobrando dos governantes e gestores das instituições públicas medidas que, de fato, visem reverter esse cenário. Outro aspecto fundamental é o de não permitir que esses assassinatos sigam impunes ou sejam esquecidos. Enfim, visando contemplar essas questões, iniciamos o artigo discutindo a relação da mídia com a memória, em seguida apresentamos rapidamente a fundamentação teórica do texto para, depois, focar em Raimundo dos Santos Rodrigues. Reforçamos que centrar nossas reflexões a partir do que ocorreu com esse ambientalista é também uma

² Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bancada-ruralista-rejeita-e-critica-homenagem-a-chico-mendes-na-camara-2c66>. Acesso em 31/07/2024.

³ Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2023/08/desmatamento-na-amazonia-tem-queda-historica-de-66-em-julho>. Acesso em 31/07/2024.

forma de homenagear a todos e todas que, a despeito de tantas mortes e violências, continuam resistindo, o que impacta, com certeza, a nossa sobrevivência e a continuidade da vida no planeta.

Mídia e memória: disputas e tensões

A repercussão midiática em relação aos assassinatos contínuos que ocorrem no território rural brasileiro é atravessada por mecanismos de poder que não podem ser ignorados. Nesse sentido, concordamos que no processo de ressignificação da memória, a mídia pode atuar para além da dimensão individual, assumindo um caráter coletivo que, ao transformar lembrança em resistência, atua como gesto político. Esse movimento não se limitaria a preservar tradições ou os fatos em si, mas sim, permitiria que a partir deles fosse possível produzir uma relação passado-presente capaz de criar um espaço de confronto contra narrativas oficiais que insistem em apagar figuras vistas como subversivas e/ou acontecimentos considerados inoportunos. Reconhecer esses embates, portanto, é diagnosticar que existe disputa pelo imaginário coletivo, pois lembrar ou esquecer não são processos inteiramente espontâneos, mas práticas políticas que decidem quem tem o direito de existir na história.

Essa tensão em torno da memória se expressa de maneira contundente em diversos campos do cotidiano, contexto que, para Sodré (2002), coloca a mídia em papel central por atuar como espaço de circulação de narrativas e símbolos. Por isso mesmo, a dimensão política da lembrança e do esquecimento se manifesta de modo particular no jornalismo, com produções que podem tanto reforçar apagamentos, legitimando projetos de poder, quanto operar em uma espécie de contramemória, dando visibilidade a experiências silenciadas. O audiovisual, por exemplo, é capaz de transformar um imaginário que já é consolidado quando nos referimos às disputas de terra no país (Tavares, 2023), entre outros possíveis embates. Como muito antes antecipou Walter Benjamin, o filme teria força para “exercitar o homem nas novas percepções e reações” (1994 [1935-36], p. 174).

Para tornar mais concreto nosso argumento, vale lembrar do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho (1933-2014), que em 1984 trabalhou a memória do movimento camponês como ponte que passa por cima de uma ruptura para dar sentido ao passado e vivificar o presente a partir da história de Elizabeth e João Pedro Teixeira (Bernadet,

2003). Tavares (2024) coloca que o impacto da obra depende do quanto o espectador é capaz ou tem a intenção de ser afetado por ela, mas é inegável que, sem esse documentário, a memória dessas vidas interrompidas pela repressão estaria muito mais vulnerável ao esquecimento. O audiovisual, então, é um amplo território atravessado por esse contexto e “expressa e ao mesmo tempo carrega a ambição de interação e diálogo com a sociedade que o gesta” (Tavares, 2024, p. 36-37).

No Brasil, mídias independentes e coletivas de movimentos sociais e minorias, encontraram na *internet* recursos de denúncia, preservação e reinvenção da memória. Essa centralidade reaparece na forma como a crise ambiental tem sido narrada e representada. A emergência climática e a devastação de ecossistemas não colocam em jogo apenas o futuro, mas também a memória coletiva de comunidades que resistem a processos de expropriação e destruição. Novas representações tornam-se instrumentos fundamentais para denunciar crimes contra a natureza e visibilizar práticas tradicionais de cuidado com a terra, inscrevendo no imaginário social narrativas que confrontam a lógica dominante.

A partir desse cenário e da forte relação entre memória e comunicação, o procedimento metodológico da investigação se iniciou com uma pesquisa por notícias que citassem o nome de Raimundo dos Santos Rodrigues. Esclarecemos que o foco nesse ambientalista deve-se a uma etapa anterior, de pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo sobre lideranças ambientais, mídia e memória, que nos levou a solicitar à Pastoral da Terra, dados sobre assassinatos no campo. Foi a partir dessa listagem que chegamos a Rodrigues, cujo assassinato era um dos que mais havia repercutido na mídia. Esse resultado acabou provocando algumas questões, já que, se havia, aparentemente, um resgate ou valorização da sua trajetória, era inegável que só foi possível chegar a ela de modo fragmentado, ou seja, trata-se de narrativas que funcionam como rastros, de certo modo normalizadas por um processo de violência que é altamente invisibilizado.

É com essas e outras problematizações que consideramos importante focar nesse ambientalista. Para nós, não se trata de mera iconoclastia, mas sim de “trabalhar a matéria prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único” (Benjamin, [1933], 1994, p. 221) que dialoga com questões globalmente discutidas, a partir de um ponto de vista específico. Assim, acreditamos que o caso de Raimundo dos Santos Rodrigues, conforme pretendemos discutir aqui, reflete outros tantos que acontecem no país. É nesse sentido que entendemos a mídia, atuando como agente ativo na produção da memória social, determinando quais vidas são dignas de

representação e quais permanecem à margem do esquecimento. Mais ainda: não se trata, apenas, de verificar referências, matérias publicadas e veiculadas, mas também discutir as linguagens, as produções de sentido que delas ressaltam.

Entre a práxis e o poder: uma visão sobre a comunicação

Para compreender as potencialidades políticas da comunicação nesse processo, um caminho é recorrer ao que coloca Gramsci (2004), autor que articula de forma orgânica o vínculo entre teoria e prática, consciência e transformação social. Entendemos que as produções midiáticas são exemplos do que ele conceitua como filosofia da práxis – concepção teórica que resgata um modo de compreender a relação entre pensamento e ação, ou seja, uma forma de pensar e agir sobre o mundo. Para Gramsci, resumidamente colocando, a filosofia da práxis se encaixa como expressão da classe trabalhadora que quer educar a si mesma e que tem interesse em “conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior [...]” ([1948], 2004, p. 388).

Criando, assim um paralelo entre as ideias articuladas por Gramsci, esse artigo considera o jornalista⁴ um intelectual que pode assumir alto grau de influência na população com seu trabalho. “O grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura [...]” (Gramsci, 2004, p. 434), o que é de suma importância, principalmente no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores. Além disso, as possibilidades geradas pelo jornalismo podem agir em associações entre sujeitos que querem a mesma modificação, o que resulta na multiplicação das ideias e pode gerar mudanças bem mais radicais do que à primeira vista parecia possível.

Com o avanço das tecnologias digitais, a *internet* passa a integrar de forma decisiva esse cenário e aparece aqui como esfera técnica que pode alcançar elevado grau de influência. Conforme Kittler (2019), são mídias que armazenam a realidade, manipulam e catapultam os atributos do ser humano. O teórico alemão coloca essas

⁴ Aqui, o jornalista representa, simbolicamente, a figura central da comunicação. No entanto, vale sempre ressaltar, que essas produções envolvem, com raras exceções, toda uma equipe, já que possui várias etapas de realização, além da circulação. Mesmo as estratégias mais simples em termos econômicos ou por condições de urgência (nesse caso, um exemplo seriam os coletivos como Mídia Ninja e outros), acabam envolvendo mais de uma pessoa no processo de produção e acesso às obras.

tecnologias não a partir de seu uso, mas considerando a forma como elas afetam as relações humanas, entendendo que aquilo que ali se transmite vai além do conteúdo em si. Para ele, as mídias técnicas permitem que a informação apareça como algo que está sendo manipulado enquanto material a partir de recursos específicos – como montagem e enquadramento – recursos que fragmentam a percepção e organizam como os acontecimentos podem ser vistos, lembrados e/ou narrados. Essas tecnologias, então, colaboram para o processo de intoxicação do real ao mesmo tempo que precisam desaparecer em seu uso para dar lugar ao conteúdo oferecido. O que é sintomático por conta da herança bélica carregada por esses dispositivos e seu histórico de organização do que é visto e armazenado de acordo com as lógicas de controle, ainda que disfarçadas de entretenimento ou informação. Os aparatos carregam consigo as marcas de sua origem e continuam a contribuir com as formas de violência, mesmo que não diretamente por bala ou bomba.

A violência é colocada como elemento constitutivo da modernidade e, quando levada às últimas consequências, caracteriza a produção do genocídio que é intrínseca à própria história. Nesse processo, encontramos como ponto de interseção o fato de que a memória se torna o principal artifício de uma política opressora, podendo funcionar a partir de imagens que, ao mesmo tempo em que inscrevem acontecimentos, operam também o apagamento (Seligmann-Silva, 2022). Os dispositivos midiáticos tensionam de maneira constante o presente, que, por sua vez, é entendido como matriz da memória. Eles funcionam, ainda, na exclusão do outro, cristalizando versões oficiais e relegando experiências à marginalidade. Daí a importância de compreender que a apreensão do passado é também a apreensão do próprio presente, que traz consigo a possibilidade de imaginar novos futuros.

Ao legitimar ou negar a existência de determinadas narrativas, o arquivo emerge como *locus* do poder, controlando os modos de viver. Essa prática de arquivamento, quando mecânica, reforça a violência e a exclusão, legitimando regimes de poder e estruturas sociais que necessitam dos registros para controlar a informação. Enfim, avaliamos que é necessário romper com a tendência genocida que atravessa a modernidade para que esta não se repita sob novas formas. Dessa maneira, se torna urgente criar imagens e valorizar trajetórias capazes de despertar consciências, ao mesmo tempo que se aponta para a continuidade e as metamorfoses das violências coloniais, quando encarnadas em experiências aparentemente singulares.

Presenças de Raimundo dos Santos Rodrigues

Em nossa pesquisa, localizamos 39 matérias sobre o caso de Raimundo dos Santos. Desse total, quinze são registros audiovisuais da grande mídia – três da Globo e um da TV Brasil – nove mesclam texto e audiovisual e outras 15 correspondem a conteúdos apenas em texto. Entre essas, 13 foram veiculadas por organizações independentes, nacionais e internacionais, voltadas à defesa do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos; uma é do Instituto Humanitas (Unisinos) e outra, ainda, vinculada ao portal governamental do Museu Paraense Emílio Goeldi. No que se refere ao ano de publicação, 22 são de 2015, ano do atentado, uma de 2016 e 3 são de 2018. De 2020 a 2025, encontramos uma matéria por ano, exceto em 2022, com duas produções.

O que há de comum em todas essas produções é, justamente, o caráter “abstrato” das informações em que o episódio do assassinato é retratado, bem como a falta de punição para o crime. De maneira recorrente são mencionados “madeireiros” e “latifundiários” como os mandantes do assassinato, sem a devida identificação de quem são esses sujeitos ou quem representam. Além disso, observa-se pouca contextualização em torno do ocorrido e não se explicitam quais foram, de fato, as denúncias que levaram Rodrigues à morte. Um exemplo dessa abstração é o adiamento do Tribunal do Júri do caso. Uma das notícias mais recentes, publicada pelo portal da ONG Justiça Global, informa que em 22 de novembro de 2024, ou seja, nove anos após o atentado, o processo foi adiado para o ano seguinte. Já em 2025, o Justiça nos Trilhos, associação de Direitos Humanos e da Natureza, coloca que até aquele momento, o júri não foi realizado, sem menção específica sobre justificativa ou nova data.

A título de curiosidade, oito postagens em portais não utilizam quaisquer imagens da vítima ao longo do texto, a outra parcela utiliza as mesmas duas fotografias. O padrão se repete quando analisamos os registros audiovisuais, com algumas novidades: a utilização dos mesmos vídeos genéricos de floresta e um registro de 16 segundos em que Raimundo dos Santos Rodrigues denuncia ameaças sofridas e a tensão instaurada na Reserva após a chegada de alguém. Esse alguém, referido pelo ambientalista como “ele”, não é identificado. O vídeo utilizado é, na verdade, fragmento de uma denúncia detalhada feita por Raimundo dos Santos, mas recortada para exibição. Em nenhum desses materiais se investiga quem poderia ser essa pessoa denunciada, até 2018, em reportagem do “Bom Dia Maranhão”, que mostra o momento da detenção de dois possíveis mandantes do

crime: o fazendeiro José Escócio Cerqueira e seu filho José Escócio Cerqueira Filho. Mesmo assim, não se menciona a motivação do crime ou a atuação de ambos na Reserva do Gurupi.

Figura 1 – Uma das fotografias de Raimundo dos Santos Rodrigues. Sem autoria identificada



Fonte: *Globoplay*⁵.

Levando em consideração a significativa influência que ambientalistas exercem em suas comunidades, relacionada diretamente ao núcleo de sua atuação política e social e ao já citado cenário atual de valorização e preservação do meio ambiente para combater a crise climática, seria plausível supor que o assassinato de Raimundo dos Santos Rodrigues gerasse repercussão mais profunda. O que se observa, como já colocamos, é uma abstração ao noticiar o caso em todas as notícias encontradas, o que, somada à diluição do número de menções com o passar do tempo – de 17 em 2015, passamos para apenas uma em 2025, suposto ano do julgamento – evidencia um processo de apagamento, e contrasta com a relevância social e política dessa liderança.

Tomando como ponto de partida os conceitos de singular e particular articulados por Heller (2004), o assassinato de um ambientalista representa, no imediato, uma singularidade, ou seja, um sujeito vítima de violência, em um espaço e tempo determinados. Coberturas abstratas, mesmo que em grande número, não geram o estímulo necessário para que as causas defendidas por esses ativistas sejam honradas e estejam presentes na memória social brasileira, além de evidenciarem o quanto esse tipo de violência tem uma dimensão banal, sendo absorvida como situação que integra o cotidiano rural do país. No entanto, sabemos, que a relevância cultural e social de

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4422814/>. Acesso em 25/03/2026.

determinados fatos resulta de articulação entre o singular, o particular e o universal. Nesse caso, os acontecimentos se situam em um particular – como consequência de um contexto de tensões e extermínio na luta ambiental no Brasil – e num universal – a defesa da vida, da justiça social, do meio ambiente, da manutenção do planeta em si. Dessa maneira, entendemos que tais mortes são sintomas de algo muito maior.

Figura 2 – Rodrigues e sua esposa, Maria da Conceição Lima



Fonte: Justiça nos Trilhos⁶.

Esse argumento se sustenta na lógica de que encontrar apenas notícias isoladas, como acontece a partir de 2020, ou estatísticas e números frios, promove homogeneização (Heller, 2004), enfraquecendo a dimensão histórica e política dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, o contexto dilui o potencial de catarse e reforça a tendência do cotidiano em reduzir o singular, padronizando práticas e experiências que mantêm a reprodução social. Há, então, a naturalização da barbárie, distorção que, por si só, não é neutra: serve para organizar o conjunto de valores e representações que regem a vida cotidiana, conceito que Heller (2004) chama de ideologia. Esse sistema de crenças, de certa forma, é o que dá coesão e justifica a ordem social, tornando a realidade inteligível.

A problemática se coloca quando há limitação no sentido de naturalizar e legitimar as estruturas de dominação, impedindo os sujeitos sociais de perceberem novas possibilidades. No nosso recorte, o silenciamento funciona como reprodução das ideologias dominantes, que podem levar a conclusões contraditórias, partindo da ideia de que esses conflitos são fatalidades naturais e inevitáveis no Brasil. A ideologia, que serve

⁶ Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/dez-anos-da-morte-de-raimundo-dos-santos-rodrigues-a-impunidade-que-persiste-no-maranhao/>. Acesso em 25/03/2026.

de mediadora da cotidianidade, também decide o que deve ou não ser lembrado, contribuindo para o apagamento do legado e da luta de ambientalistas de um modo geral, não apenas o caso investigado, além de neutralizar a dimensão política de seus assassinatos.

Figura 3 – Único registro em vídeo do ambientalista. Sem autoria identificada



Fonte: *Globoplay*⁷.

A cobertura limitada de casos como o de Raimundo dos Santos Rodrigues pode ser consequência de diversos fatores, como a intensa sobrecarga dos jornalistas que, ao produzirem uma quantidade elevada de matérias diariamente, não encontram tempo hábil para a devida apuração. Independente do motivo, torna-se difícil sensibilizar a população no que se refere à vida, à luta e ao legado de figuras como o ambientalista destacado. Sua imagem estática, limitada a apenas três registros (duas fotos e um vídeo), colabora para o esquecimento do caso, mesmo diante do volume de matérias publicadas.

O que se revela é que esse cenário não é mero descuido, mas sintoma de projeto mais amplo de controle, comprovando que a invisibilidade dos conflitos desse gênero é uma constante na cobertura realizada pela mídia hegemônica, poucas vezes fraturada e, quando isso ocorre, segue a lógica de tempo reduzido, sem contextualização histórica e memória mais significativa (Tavares, 2023). O silenciamento dessas vozes reitera a lógica de memória seletiva, na qual apenas certas trajetórias são autorizadas a existir no imaginário nacional. É importante destacar que esta análise não pretende submeter uma trajetória à outra. O que se propõe é tensionar o modo como a memória coletiva é

⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4435222/>. Acesso em 25/03/2025.

construída, perguntando a quem interessa manter a luta ambiental restrita e por que histórias, marcadas pela defesa da vida e da floresta, permanecem sem voz ou com tão poucas visibilidades, não provocam a devida comoção e/ou promovem políticas públicas no sentido da reversão dessa violência. Enfim, essa desigualdade na representação comprova que o poder também se exerce seja no campo das imagens ou dos textos, decidindo quem pode ser lembrado e quem deve ser esquecido.

Considerações finais

Inscrever-se na história significa também apagar, já que esquecer é condição para lembrar (Mitre, 2003). Esse esquecimento precisa ser compreendido como parte do núcleo da memória, enquanto força vital e construtora de identidades. É nesse desvio da norma que reside a potência de uma memória insurgente. Romper com a lógica imposta, portanto, não é apenas lembrar, mas reinventar as formas de inscrição no tempo, trazendo para o jogo corpos, vozes e experiências que foram – e continuam sendo – silenciadas, para que possamos, com isso, subverter o lugar da história, e a posição simbólica da mídia tradicional, como mera legitimação do poder.

Nesse ínterim, as representações sobre Raimundo dos Santos Rodrigues cumprem papel ambíguo: ao mesmo tempo em que mantém viva a possibilidade de lembrança de sua luta, mesmo que de forma rarefeita ao longo do tempo também cristalizam a narrativa ambiental brasileira, pois, sem investigações mais profundas e sem agregar à sua vida e morte o contexto e as disputas que as envolvem, transformam uma causa coletiva em mera fatalidade. Há, aqui, ao invés de um legado potencializado, paulatina diluição de sua memória (Ricoeur, 2009). Essa questão, reforçada pelo circuito midiático, parece servir a uma lógica que interessa justamente àqueles que se beneficiam do esvaziamento político da pauta ambiental, grupos que lucram com a exploração da terra e dos povos da floresta. Ao limitar a representação da luta pelo meio ambiente, o discurso dominante impede tanto a emergência de novas lideranças nacionais quanto um maior envolvimento da população, além de neutralizar o caráter contínuo e coletivo das ações socioambientais. O silenciamento gradual também pode operar como estratégia de contenção: transforma a luta ambiental em debate que se encerra com o passar do tempo, e não em processo vivo, bloqueando a formação de novas referências populares capazes de inspirar enfrentamentos no presente.

Podemos, é claro, questionar o risco de, ao representar casos de assassinatos de ambientalistas, a história e o legado singular dessas pessoas acabarem sendo soterradas por suas tragédias. Em outras palavras, suas vidas e obras serem engolidas pela narrativa estrutural que, de certo modo, legitima as disputas, enquadrando-as sob a ótica dos vencedores, como tão comumente ocorre. Essa é, justamente, a chave do desafio, como bem lembra Michael Löwy quando comenta a Tese XII de Walter Benjamin, a insistência do pensador alemão sobre a valorização dos vencidos, é justamente “unilateral, uma vez que a luta contra a opressão se inspira tanto em vítimas do passado quanto em esperanças para as gerações do futuro – e também, ou sobretudo, na solidariedade com as do presente” (Löwy, 2005, p. 110). Trabalhar a memória individual conectando-a aos movimentos coletivos significa valorizar iniciativas que buscam romper as lógicas de um cotidiano fora da história (Heller, 2004). Assim, é fundamental produzir narrativas e representações que suscitem reflexão crítica, especialmente sobre as questões ambientais, para que possamos mudar os rumos de um planeta que caminha para uma iminente catástrofe.

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. *In: **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas – v.1)*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1935-36], p. 165-196.

BENJAMIN, Walter. “O narrador”. *In: **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas – v.1)*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1933], p. 197-221.

BERNADET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984. Documentário (119 min).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Assassinatos no campo 2010 a 2024**. Brasília: 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (vol.1)**: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004 [1948].

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 2004.

HJARVARD, S. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

KITTLER, Friedrich. **Gramofone, filme, typewriter**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG/ EdUERJ, 2019.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin, aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MITRE, Antonio. **O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PRATES, R. **O desmatamento desigual da Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem-estar**. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TAVARES, Denise. **Documentário Biográfico: recriar uma vida nas telas**. São Roque/SP: Genio Editorial, 2024.

TAVARES, Denise. Eis que vem a narrativa e ela arde feito fornalha em “Vale dos Esquecidos”. In: TAVARES, D.; GUTFREIND, C.; REZENDE, R. (Org.) **Emoções e razões midiáticas: narrativas e imagens nas redes sociais e no audiovisual**. São Paulo: Gênio Editorial, 2023, p. 78-104.